



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

Trabalhando por uma Paranaíta melhor para todos.



LEI MUNICIPAL Nº. 760/2013.

SÚMULA: “PROÍBE A INSTALAÇÃO DE MOTÉIS, BOATES E CONGÊNERES NO CENTRO DA CIDADE E NOS BAIRROS RESIDENCIAIS DE PARANAÍTA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAÍTA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, aprovou e eu, ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei,

Art. 1º – Fica expressamente proibida a instalação de Motéis, Boates e Congêneres no centro da cidade e nos bairros residenciais de Paranaíta/MT.

I. Considera-se como motel o estabelecimento que entre outras atividades, disponha de apartamentos, quartos ou cômodos para encontros amorosos;

II. Consideram-se como Boate, o estabelecimento que entre outras atividades, mantenha música ao vivo, shows de música por instrumento elétrico ou eletrônico e ainda disponha de apartamentos, quartos ou cômodos para encontros amorosos.

Art. 2º – Os restaurantes, lanchonetes, postos de gasolina, danceterias, casas de shows, casas de música ao vivo ou eletro-eletrônicos, bares e similares, localizados no perímetro do centro da cidade e nos Bairros Residenciais de Paranaíta/MT, estão expressamente proibidos se dispor de apartamentos quarto ou cômodo, para encontros amorosos.

Art. 3º – As Boates, Motéis e Congêneres instalados até a presente data, terão o prazo improrrogável de 03 (três) meses a partir da publicação desta Lei, para fecharem seus estabelecimentos, e, havendo interesse, regulamentarem-se conforme o disposto no artigo anterior.

Art. 4º – Fica o executivo municipal autorizado a manter rigorosa fiscalização nos estabelecimentos, aplicando as seguintes penalidades:

I. Notificação com prazo fixo para regularização;

II. Notificado o proprietário e este vier a reincidir o fiscal aplicará multa no valor correspondente a 01 (um) salário mínimo vigente;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

Trabalhando por uma Paranaíta melhor para todos.



III. Em caso de nova reincidência, o valor da multa será no valor correspondente a 02 (dois) salário mínimo vigente;

IV. Persistindo a reincidência, o alvará de licença será suspenso, cassando-se o direito do proprietário em dar continuidade ao seu trabalho.

Parágrafo único – vencido o prazo fixado no inciso I, o fiscal autorizado fará nova vistoria no estabelecimento aplicando as penalidades dos incisos II a IV deste artigo.

Art. 5º – Para se constatar o funcionamento ilegal dos estabelecimentos citados, o fiscal poderá fazer a vistoria no horário noturno, e para tanto deverá apresentar uma autorização do executivo municipal.

Art. 6º – Não cabe ao executivo municipal o pagamento de indenização aos proprietários que estão em desacordo com a presente Lei.

Art. 7º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º – Revogam-se as disposições em contrário.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA/MT,
Em, 02 de dezembro de 2013.**

**ANTONIO DOMINGO RUFATTO
Prefeito Municipal**